

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC n.º 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, n.º 9 1249-087 Lisboa

Editorial

AS ELEIÇÕES

No próximo dia 31 de Maio o PSD vai eleger o seu novo líder. É um momento crucial na vida do partido, onde se joga também o futuro do País.

Exige-se, pois, um debate aberto, plural e democrático, à altura do historial nobre do PSD. Reclama-se elevação nas ideias, profundidade nas propostas, cortesia no trato. O PSD tem de ser um referencial de credibilidade, de seriedade e de autenticidade. Até por contraposição a um PS sem alma e sem chama.

Nas próximas quatro semanas, enquanto perdurar a campanha eleitoral interna, o Director do Povo Livre não assinará mais qualquer editorial. Porque na sua qualidade de militante já expressou publicamente o apoio à candidatura de Manuela Ferreira Leite. Porque não quer que as suas opiniões possam ser mal interpretadas. Porque na contenda eleitoral que se avizinha, o Povo Livre não pode ser caixa de ressonância de nenhuma candidatura.

Destarte, não haverá nas suas linhas cobertura noticiosa da campanha eleitoral.

Jorge Neto

A voz do PSD nas cerimónias do “25 de Abril”



«A postura da maioria desqualifica a democracia, visa a hegemonização dos poderes e dificulta a alternância e a confrontação democráticas»

Direcção do PSD

Conselho Nacional e XXXI Congresso do PSD

Pag 2

Cerimónias do 25 de Abril

Pag 3 e seguintes

O 25 de Abril no Porto

Em “Notícias do Porto”

PSD acusa Governo de “criar falsas expectativas” sobre a economia

O PSD acusou o Governo de “criar falsas expectativas” sobre a evolução da economia portuguesa, com um discurso excessivamente optimista que prejudica as famílias e deixa os agentes económicos sem confiança no poder político.

A Comissão Europeia divulgou hoje as suas previsões da Primavera para 2008-2009, estimando uma desaceleração do crescimento da economia portuguesa para 1,7 em 2008 e 1,6 em 2009, embora colocando o país em convergência com a Zona Euro este ano, pela primeira vez em sete anos.

Nas previsões do Outono, a Comissão Europeia tinha estimado que Portugal crescerá 2,0 por cento este ano, valor agora revisto em baixa. Por sua vez, o Governo português previu um crescimento económico de 2,2 por cento em 2008, previsão que mantém, por enquanto.

“Estas previsões da Comissão Europeia vêm provar que o Governo insiste num optimismo que se tornou inalcançável. Portugal não deverá crescer como o Governo insiste em dizer que vai crescer”, comentou a deputada do PSD Rosário Águas, em declarações à agência Lusa.

“É uma atitude contraproducente. Optimismo, sim, mas nunca perdendo a realidade de vista. É prejudicial criar falsas expectativas sobre a realidade, é verdadeiramente errado”, considerou a deputada do PSD.

Segundo Rosário Águas, com o seu discurso o Governo “faz com que as famílias levem mais tempo a adaptar-se a uma realidade difícil e deixa os agentes económicos com expectativas goradas, levando-os a perder confiança no poder político”.

“O Governo deve ajustar o seu discurso à realidade que se sente no país. Os portugueses já sentem diariamente que o Governo está a falar de um outro país”, acrescentou.

Rosário Águas salientou que “a inflação estimada é muito diferente da que o Governo previu” e que “a taxa de desemprego prevista não sai do limiar dos oito por cento”.

O PSD no Parlamento no dia 25 de Abril

O PSD considerou hoje que Portugal vive uma “democracia a asfixiar” e acusou o Governo do PS de ter provocado “o maior retrocesso” no Estado Social do pós-25 de Abril.

“Se em Abril de 1974 o país se libertou da asfixia da ditadura, em Abril de 2008 impõe-se que Portugal respire mais e, sobretudo, melhor democracia”, afirmou o deputado

social-democrata Luís Montenegro, na sessão solene de comemoração dos 34 anos do 25 de Abril, na Assembleia da República.

“Quando se persiste, isoladamente, em promover alterações em pilares do Estado de Direito, como o sistema de segurança e a investigação criminal, potenciando a sua governamentalização e denegando o equilíbrio de poderes, não estamos a asfixiar a democracia?”, questionou o deputado.

Na sessão solene do ano passado, o PSD já tinha criticado o “clima de claustrofobia democrática” que se vivia no país.

O deputado considerou que, após

três anos, “o Governo falhou”, frisando que o executivo se propôs a “preservar os direitos adquiridos pelas pessoas, assegurar aos mais desfavorecidos o acesso a bens essenciais” e acabou por provocar “o maior retrocesso no Estado Social do pós 25 de Abril”.

Como exemplo de uma “democracia que alguns querem asfixiar”, Luís Montenegro acusou o Governo de querer “adequar os prazos e procedimentos dum processo de atribuição de licenças televisivas ao calendário eleitoral”.

“Ou, quando cedemos às tentações centralistas, ignorando ou desvalorizando o merecimento das

autonomias regionais e do poder local, não estamos a asfixiar a democracia?”, questionou.

Luís Montenegro questionou se não se está a “asfixiar a democracia” quando “se incute, alimenta ou pactua com atitudes de condicionamento do exercício das liberdades individuais, com actos persecutórios de responsáveis da Administração”.

O deputado criticou ainda a “voragem economicista, senão mesmo contabilística, do Governo no encerramento de serviços públicos”, e “o desvirtuamento da manifestação da vontade popular” ao “ferir de morte os compromissos eleitorais”. – Fonte: Lusa

I Conselho Nacional Extraordinário de 2008

Luís Filipe Menezes despede-se; marcadas novas Directas, convocado XXXI Congresso e aprovado o respectivo regulamento

O Conselho Nacional do Partido Social-Democrata reuniu-se na passada quarta-feira, dia 23 pelas 21h00, num Hotel de Lisboa.

A reunião teve seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise da situação política;
2. Marcação da data das eleições directas para Presidente da Comissão Política Nacional e do respectivo Regulamento;
3. Convocação do XXXI Congresso Nacional e aprovação do Regulamento

O Conselho Nacional ouviu, em primeiro lugar, o Presidente da Comissão Política Nacional, Luís Filipe Menezes, que na sua análise da situação política, deixou as razões ponderadas e pesantes, que o levaram a apresentar a sua demissão.

Falaram ainda distintos militantes e responsáveis, como Alberto João Jardim, Costa Neves, Ribau Esteves e outros.

O Conselho discutiu e aprovou a data para as novas eleições directas, que ficaram marcadas para o dia 31 do mês de Maio; e aprovou a convocação do Congresso Nacional, que será o XXXI e se realizará em Guimarães, nos dias 6, 7 e 8 de Junho, para eleição dos órgãos da sua competência, incluindo o novo Conselho Nacional, a Presidência da Mesa e o Conselho de Jurisdição Nacional.

– Povo Livre, fotos Luís Saraiva





Cerimónias do 25 de Abril no Parlamento

Luís Montenegro foi a voz do nosso Partido e denunciou os abusos de poder dos socialistas no Governo

No dia 25 de Abril, em presença do Chefe do estado e em sessão solene, o Parlamento ouviu os representantes dos vários partidos, o Presidente da Assembleia e o Presidente da República, proferirem discursos que, neste dia, excederam a habitual formatação “politicamente correcta” e inócua e em que, de facto, de abordaram assuntos de interesse nacional.

O porta-voz do PSD para esta ocasião, foi o deputado Luís Montenegro, cujo discurso reproduzimos na íntegra, bem como o de Cavaco Silva, que assim registamos para o acervo histórico do nosso Partido, começando com Luis Montenegro:

Tenho hoje a honra de transmitir a Vossas Excelências e ao povo português a visão do Partido Social-Democrata sobre a vida do país, sobre os caminhos que trilhamos e sobre os desafios que o 25 de Abril impõe que vençamos.

É um privilégio da democracia e um privilégio da liberdade.

Como filho de Abril tenho o dever histórico de saudar, de agradecer, orgulhoso, aos progenitores da democracia que quotidianamente, desde 1974, vimos construindo e realizando.

Deixo, pois, de forma genuína, um justo tributo aos políticos, aos militares e aos concidadãos que sabiamente romperam e debelaram a asfixia da ditadura.

Mas à nossa geração, não se pede apenas este reconhecimento.

À nossa geração exige-se a ambição suprema de aproveitar a oportunidade para concretizar, aprofundar e desenvolver a liberdade, traduzindo-a no respeito pela pessoa humana, na garantia do pluralismo de opinião, na prossecução do interesse colectivo gerador de mais qualidade de vida dos cidadãos.

.../

No nosso sistema político-constitucional, é o Chefe de Estado o depositário supremo dos valores democráticos. Cumpre-lhe zelar, garantir e compreender a vontade soberana do povo.

O Grupo Parlamentar do PSD cumprimenta Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, enaltecendo a forma com que vem marcando o exercício das suas altas funções.

O facto, indiscutível, de Vossa



Excelência estar a conduzir o seu mandato cumprindo os pressupostos que colocou aos portugueses por altura da sua eleição, dignifica o Estado, prestigia a democracia e inspira-nos para a valorização da acção política, vertida no espírito de serviço cívico que a todos deve guiar.

.../

Neste percurso de 34 anos todos reconhecemos que se cometeram alguns erros.

Mas num contraditório que é também motor do desenvolvimento, observamos que o País está melhor.

Demos passos importantes, de que relevo o mais recente, constituído pela ratificação, por este Parlamento, do Tratado de Lisboa.

Ao longo destes anos, o arco dos partidos aqui representados pode orgulhar-se sobre a instituição do

sufrágio e da representatividade democrática; o resguardo das liberdades públicas; o reforço das autonomias regionais e do poder local; uma maior liberdade de expressão; a reaproximação política, cultural e económica nos países que falam português e conosco partilham uma história comum; entre múltiplos avanços permitidos pelo nosso empenho no estabelecimento e amadurecimento na democracia.

Sucedem que essa avaliação, globalmente positiva, não deve conduzir-nos à vertigem de quem não quer ver a realidade. Liberdade implica responsabilidade.

E, como diz Fernando Pessoa, «hoje a vigília é nossa».

«... impõe-se que Portugal respire mais

e, sobretudo, melhor democracia!»

Se em Abril de 1974 o país se libertou da asfixia da ditadura, em Abril de 2008 impõe-se que Portugal respire mais e, sobretudo, melhor democracia.

O Partido Social-Democrata nunca teve, não tem, um pensamento derrotista sobre o país.

O Partido Social-Democrata nunca teve, não tem, uma conduta política alarmista.

Mas hoje, seguindo a lição do nosso fundador, Francisco Sá Carneiro, manda a nossa responsabilidade, a nossa vocação reformadora e reformista e a nossa intransigência face aos princípios e valores democráticos, questionar:

Quando se incute, alimenta ou pactua com atitudes de condicionamento do exercício das liberdades individuais, com actos persecutórios de responsáveis da Administração, não estamos a asfixiar a democracia?

Quando uma força ou agente policial, perturba o exercício dum direito fundamental, exorbitando a sua missão de preservação da ordem pública e desrespeitando os princípios da proporcionalidade e adequação, não estamos a asfixiar a democracia?

Quando se persiste, isoladamente, em promover alterações em pilares do Estado de Direito, como o sistema de segurança e a investigação criminal, potenciando a sua governamentalização e denegando o equilíbrio de poderes, não estamos a asfixiar a democracia?

Ou, noutra dimensão,

Quando nos domínios mais emblemáticos da governação, na economia, na fiscalidade, nos transportes, nos apoios sociais, nas políticas de emprego, nas aposentações, na administração pública, se ferem de morte os compromissos eleitorais, desvirtuando a manifestação da vontade popular e prejudicando a confiança dos cidadãos nos seus representantes, não estamos a asfixiar a democracia?

Ou quando, pela voragem economicista, senão mesmo puramente contabilística, encerramos serviços públicos, afastando as populações – sobretudo as mais vulneráveis e as do interior – do seu acesso, na saúde, na educação, na justiça ou na segurança, com isso fomentando desigualdades e iniquidades, não estamos a asfixiar a



democracia?

Quando a entidade reguladora do sector, identifica categoricamente uma sub-representação do maior partido da oposição nos serviços informativos da televisão pública ou quando se adequam prazos e procedimentos dum processo de atribuição de novas licenças televisivas ao calendário eleitoral, não estamos a asfixiar a democracia?

Ou, finalmente, quando cedemos às tentações centralistas, ignorando ou desvalorizando o merecimento das autonomias regionais e do poder local, não estamos a asfixiar a democracia?

/.../

O País está numa encruzilhada.

«...a uma postura da maioria que desqualifica a democracia, que visa a hegemonização dos poderes e dificulta a alternância e a confrontação democrática»

Por um lado, assiste a uma postura da maioria que desqualifica a democracia, que visa a hegemonização dos poderes e tenta dificultar a alternância e a confrontação democrática.

Por outro lado, não há ambição ou esperança que resistam à mediocridade dos resultados governativos.

Três anos depois de iniciar funções, o Governo falhou.

Propôs-se colocar o País a crescer economicamente acima da média da União Europeia e estamos a crescer menos.

Propôs-se diminuir o peso do Estado na distribuição dos recursos públicos, e afinal apenas cortou nos investimentos.

Propôs-se erigir novas políticas de emprego e assistiu, impotente, ao aumento da taxa de desemprego até ao nível mais alto das últimas duas décadas, ao mesmo tempo que se instalava uma nova vaga de emigração, sobretudo para Espanha, para onde mais de cem mil portugueses tiveram de ir à procura de sustento.

Propôs-se preservar os direitos adquiridos pelas pessoas, assegurar aos

mais desfavorecidos o acesso a bens essenciais, e provocou o maior retrocesso no Estado Social do pós 25 de Abril.

E tudo isto fustigando os portugueses com mais impostos, com sacrifícios acumulados que eles sentem não terem sido compensados.

/.../

Uma democracia asfixiada. Um Governo Falhado.

É aqui que entra a nossa responsabilidade.

A responsabilidade que o PSD, como partido alternativo de governo, não pode, não vai enjear.

Vivemos tempos de decisão.

Portugal precisa do PSD.

Sabemos que da nossa diversidade, da nossa pluralidade, da nossa democraticidade interna, porque não dizê-lo assim mesmo, terá de emergir uma proposta nova, um projecto governativo ambicioso, mobilizador para os nossos jovens, para as famílias e para as empresas.

Estamos à altura das nossas responsabilidades.

Por isso termino afirmando convictamente o meu pensamento e o de todos os meus colegas deputados do Grupo Parlamentar:

Acreditamos muito no valor colectivo do Partido Social-emocrata.

Acreditamos e respeitamos o papel de todos os demais partidos, com quem queremos contrariar as nossas ideias e opções.

Acreditamos nas instituições do Estado e na dinâmica da nossa sociedade civil.

Mas, acima de tudo, honramos a liberdade acreditando em Portugal e nos portugueses.

Disse.

O discurso do Presidente da República

«É notória a insatisfação dos Portugueses com o funcionamento da democracia, assim como a existência de atitudes favoráveis

a reformas profundas na sociedade»

Celebramos hoje, uma vez mais, o aniversário da revolução de 25 de Abril de 1974.

Não vou repetir o que aqui afirmei o ano passado. Apenas direi que me impressiona que muitos jovens não saibam sequer o que foi o 25 de Abril, nem o que significou para Portugal. Os mais novos, sobretudo, quando interrogados sobre o que sucedeu em 25 de Abril de 1974 produzem afirmações que surpreendem pela ignorância de quem foram os principais protagonistas, pelo total alheamento relativamente ao que era viver num regime autoritário.

Não posso deixar de recordar, Senhores Deputados, que, quando o 25 de Abril ocorreu, uma parcela substancial da nossa população nem sequer era nascida. Quem viveu a revolução, tem a tendência para não se lembrar disso, julgando que essa data, fixada no tempo, possui uma perenidade eterna.

Não é justo para aqueles que se bateram pela liberdade, tantas vezes arriscando a própria vida, que a geração responsável por manter viva a memória de Abril persista em esquecer que a revolução foi um projecto de futuro e que, por ter sido um projecto de futuro, deve continuar a ser um sonho inspirador e um ideal para as gerações vindouras.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, um regime político não pode esquecer as suas origens. Não é saudável que a nossa democracia despreze o seu código genético e as promessas que nele estiveram inscritas. Num certo sentido, o 25 de Abril continua por realizar. Naquilo que continha em termos de ambição de uma sociedade mais justa, naquilo que exigia de um maior empenhamento cívico dos cidadãos, naquilo que implicava de uma nova atitude da classe política, há ainda um longo caminho a percorrer.

Foi justamente a pensar na importância do 25 de Abril para a



juventude dos nossos dias que, no ano passado, procurei suscitar a reflexão dos Senhores Deputados sobre o sentido a dar a esta efeméride.

Eu próprio reflecti sobre que sentido faz hoje evocar o 25 de Abril. E, como sempre defendi que os agentes políticos devem prestar contas do que fazem, aqui me encontro para dizer aos Portugueses que continuo convencido que a juventude é o horizonte de qualquer comemoração do 25 de Abril verdadeiramente digna desse nome.

O 25 de Abril, disse-o há um ano e digo-o de novo, não é monopólio de uma geração nem de uma força política. O pluralismo que inaugurou leva a comemorá-lo pensando na salutar diversidade de opiniões, no confronto de tendências e de visões do mundo, na livre expressão das ideias, no legítimo exercício do direito de criticar e discordar. Acima de tudo, leva a comemorá-lo pensando que o 25 de Abril é cada vez mais daqueles que nem sequer o viveram.

Ora, aquilo que encontrei ao longo deste ano faz-me ter esperança na juventude, mas também alguma preocupação quanto aos seus destinos. Ao percorrer o País, nomeadamente nos «Roteiros» que tenho lançado, deparei de Norte a Sul com jovens empreendedores e dinâmicos que ousam projectos de risco, conheci o trabalho de investigadores de excelência à altura dos melhores do mundo, contactei uma nova geração que se dedica a acções de voluntariado e que demonstra um comovente espírito de entrega ao serviço dos outros.

Mas, à semelhança do que aqui disse o ano passado, se por toda a parte encontrei sinais promissores, também sinto que não temos conseguido mobilizar os jovens para um envolvimento mais activo e participante na vida política. Como esta é uma questão que considero demasiado séria, entendi que não poderia limitar-me a falar com base em meras suposições. E, como considero que devo prestar contas do que fiz, gostaria de partilhar com os presentes nesta sala e com todos os Portugueses os resultados de um estudo sobre as atitudes e comportamentos políticos dos jovens em Portugal que, por minha iniciativa, a Universidade Católica realizou e que irei em breve facultar aos grupos parlamentares.

Um estudo alarmante sobre conhecimentos da juventude

Verifica-se que os jovens se distinguem dos outros grupos etários em relação a alguns tipos de comportamento, mas não em relação a todos eles.



Nesse estudo, que me foi apresentado em Janeiro deste ano, concluiu-se, e passo a enunciar:

- em primeiro lugar, que é notória a insatisfação dos Portugueses com o funcionamento da democracia, assim como a existência de atitudes favoráveis a reformas profundas na sociedade portuguesa;

- os mais jovens, entre os 15 e os 17 anos, e os jovens adultos, entre os 18 e os 29 anos – ou seja, os que nasceram após o 25 de Abril – são a camada etária que se mostra mais favorável à introdução de reformas incrementais e limitadas no sistema. De realçar, contudo, que os jovens revelam menor pessimismo quanto ao futuro do que os outros grupos etários;

- os jovens estão menos expostos à informação política pelos meios convencionais de comunicação do que os restantes segmentos da população e mostram também mais baixos níveis de conhecimentos políticos;

- exceptuando o exercício do direito de voto, a população portuguesa tende a ser céptica em relação à eficácia da participação política tradicional, isto é, aquela que é feita através dos partidos;

- no que respeita a um conjunto genérico de medidas destinadas a melhorar a qualidade do sistema democrático, os portugueses são particularmente favoráveis à presença das mulheres na vida política, à criação de novos mecanismos de participação e à maior personalização do sistema eleitoral.

Trata-se de um estudo efectuado de acordo com os métodos mais adequados e fiáveis de recolha de informação, podendo considerar-se que os elementos que contém são fidedignos e correspondem à realidade. Foi esta realidade que o Presidente da República quis conhecer. E é esta realidade que aqui trago ao conhecimento dos Senhores Deputados, na convicção de que os agentes políticos não podem alhear-se do pulsar da sociedade e daquilo que os cidadãos pensam daqueles que os governam.

O estudo mostra ainda outros dados que merecem uma análise séria e uma ponderação profunda:

- já em 2004, os Portugueses contavam-se entre os europeus e os cidadãos de países desenvolvidos com uma pior avaliação do funcionamento da democracia; de 2004 para cá, a insatisfação e o pessimismo cresceram de forma sensível;

- do ponto de vista do chamado «interesse pela política», os resultados demonstram, e cito textualmente o estudo, um «baixíssimo interesse dos inquiridos entre os 15 e os 17 anos»;

- em termos comparativos, além da Hungria e da Eslováquia, Portugal é o país europeu em que os cidadãos dão

menos importância à política nas suas vidas;

- os cidadãos em geral mostram maiores níveis de interesse pela política a nível local do que a nível nacional e internacional.

O estudo colocou aos inquiridos três perguntas muito simples: qual o número de Estados da União Europeia, quem foi o primeiro Presidente eleito após o 25 de Abril e se o Partido Socialista dispunha ou não de uma maioria absoluta no Parlamento. Pois, Senhores Deputados, metade dos jovens entre os 15 e os 19 anos e um terço dos jovens entre os 18 e os 29 anos não foi sequer capaz de responder correctamente a uma única das três perguntas colocadas. Repito: metade dos jovens entre os 15 e os 19 anos não foi capaz de responder a uma única de três perguntas simples que lhes foram colocadas. No dia em que comemoramos solenemente o 34º aniversário do 25 de Abril, numa cerimónia todos os anos repetida, somos obrigados a pensar se foi este o futuro que sonhámos.

Um encontro com representantes de organizações de juventude

Justamente por isso, é meu propósito promover em breve um encontro com representantes de organizações de juventude, tendo por objectivo colher a sua opinião sobre o distanciamento dos jovens em relação à política e sobre as medidas que possam contribuir para minorar ou inverter esta situação.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, se estes são os resultados, será mais difícil diagnosticar as causas. Sei que a actividade política, sobretudo nas democracias consolidadas e nas sociedades desenvolvidas, não ocupa um lugar cimeiro nas preocupações quotidianas dos cidadãos. Simplesmente, mesmo em comparação com os demais países da Europa, os resultados obtidos em Portugal não são animadores.

É natural, é saudável até que os cidadãos em geral e os jovens em particular tenham centros de interesse para além da vida política. Tal significa que têm a democracia como um dado adquirido, que interiorizaram o facto de viverem num regime democrático e agora dedicam a sua atenção a outras realidades.

Em todo o caso, o nível de informação dos jovens relativamente à política é de tal forma baixo que ultrapassa os limites daquilo que é natural e salutar numa democracia amadurecida.

O alheamento da juventude não pode deixar de nos preocupar a todos, a começar pelos agentes políticos. A começar por vós, Senhores Deputados. Se os jovens não se interessam pela política é porque a política não é capaz

de motivar o interesse dos jovens. Interrogo-me que efeitos daqui resultarão para o governo de Portugal num futuro não muito distante.

Impõe-se, por isso, que diminua aquilo a que os especialistas chamam a «distância ao poder». Não por acaso, a política local, segundo os elementos daquele estudo, é aquela que mais motiva os cidadãos. Quanto mais próximos estiverem os cidadãos dos centros de decisão, maior será o seu interesse em participar e intervir. Daí que os centros de decisão tenham de procurar uma «política de proximidade» relativamente aos Portugueses.

É isso que tenho feito através dos «Roteiros» e de outras iniciativas, que me levaram a contactar directamente as populações, conhecendo de perto os seus anseios, os seus problemas, a sua insatisfação, mas também as suas esperanças, a sua crença num País melhor, os inúmeros exemplos de sucesso e de boas práticas que encontrei na vida empresarial ou académica, ou nos domínios da cultura, da inclusão social, do ambiente e da investigação científica.

Os partidos políticos possuem responsabilidades muito claras no combate ao alheamento dos jovens pela vida pública. No fundo, no combate à indiferença que muitos jovens têm pelo futuro do seu País. Tal deve-se, em boa medida, ao facto de não ter havido o necessário esforço para a credibilização da vida política. Esse esforço não dispensa algo de muito simples: ouvir o povo e falar-lhe com verdade. Vender ilusões não é, seguramente, a melhor forma de fortalecer o imprescindível clima de confiança que deve existir entre os cidadãos e a classe política.

Do mesmo modo que seria bom

acabar com um certo autismo de alguma classe política, levando-a a conhecer melhor a realidade do País, deveríamos pôr cobro ao pessimismo que muitos dizem ser uma característica singular do povo português, desde tempos imemoriais.

Na sua vida de todos os dias, os Portugueses interrogam-se sobre o que lhes reservará o futuro. Existirão sinais para sermos optimistas? Ou, pelo contrário, os indícios apontam para um futuro sombrio? Esta é a atitude típica daqueles que preferem aguardar pelo futuro ou que persistem em tentar adivinhar como será o futuro, em vez de pensar o que devem fazer no presente.

Em vez de nos interrogarmos tanto sobre o que o futuro nos trará, seria melhor que nos concentrássemos sobre o que poderemos trazer ao presente. O futuro começa agora. O futuro será o que dele fizermos hoje, nas nossas vidas profissionais e pessoais, nos nossos comportamentos cívicos, nas nossas atitudes perante os outros. Ao invés de imaginar o dia de amanhã, em lugar de procurarmos sinais nas estrelas de um futuro incerto, construamos hoje mesmo o que queremos para um Portugal melhor. É esse o espírito com que exerço as funções em que fui investido, precisamente neste hemiciclo, onde jurei cumprir e fazer cumprir a Constituição Portuguesa.

Sou Presidente da República porque não me resignei. Porque quis dar o meu contributo presente para o futuro das gerações que nos seguem. Não me resigno, acima de tudo, porque acredito no meu País e nos seus cidadãos. E, por isso, renovo o apelo de há um ano, dirigido a todos os Portugueses, sobretudo aos mais jovens: não se resignem! Só assim serei dignos da memória do 25 de Abril. Muito obrigado. – Fontes: GP/PSD e Pres. Rep.





Assunção Esteves

Parlamento Europeu defende acesso do Provedor de Justiça Europeu a documentos confidenciais da UE

A Sessão Plenária do Parlamento Europeu em Estrasburgo, aprovou um relatório sobre o Estatuto do Provedor de Justiça Europeu. A Deputada do PSD Maria Assunção Esteves foi a Relatora do PPE-DE para este dossier e na sua intervenção em plenário lembrou que o debate sobre as alterações ao Estatuto do Provedor de Justiça na Comissão dos Assuntos Constitucionais “não foi fácil”. Foi um longo debate, com “muita controvérsia” e a questão que se punha essencialmente era a de saber se o “alargamento das competências do Provedor de Justiça aumentava a racionalidade dessas competências.”

Segundo Assunção Esteves, “partíamos de um pressuposto claro, o de que o papel de cada instituição numa cultura democrática deve ser bem definido e deve sempre evitar-se a



confusão de papéis. A definição clara dos papéis e a distribuição racional dos papéis são a única forma de respeitar a legitimidade, a eficácia e a accountability das instituições.”

A Deputada do PSD explicou que foi por essa razão que se retirou a proposta de “o Provedor de Justiça ter acesso ao Tribunal.” No entanto, como explicou Assunção Esteves, criou-se um compromisso sobre o acesso ao segredo e sobre a protecção de dados. Também sobre a cooperação com outras instituições em matéria de direitos fundamentais. O acesso ao segredo é agora “aberto, mas não podendo o Provedor abrir o segredo a terceiros. A protecção de dados segue as regras sobre protecção de dados vigentes na União Europeia.”

Na opinião da Relatora do PPE-DE, Assunção Esteves, fica claro que no que diz respeito aos direitos

fundamentais, “o Provedor pode colaborar com outras instituições nesta matéria, como me parece que não poderia deixar de ser. A colaboração com as instituições em matéria de direitos fundamentais é a explicitação de um princípio não escrito, visto que os direitos fundamentais são o fundamento e o fim da União Europeia.”

A terminar, a Deputada portuguesa lembrou, que o compromisso a que se chegou sobre um debate não fácil “deixa claro aquilo que eu penso que deve ser a conclusão inarredável nesta matéria: o Provedor, na sua vida institucional, deverá ter sempre claro que, ao exercer as suas competências, deve fazê-lo segundo o princípio da necessidade, da adequação e da proporcionalidade. Porque são esses os critérios da Justiça.”

Duarte Freitas propõe conjunto de medidas para combater a pesca ilegal



A pesca ilícita, não declarada e não regulamentada, apesar de todas as iniciativas postas em prática a nível internacional, regional e comunitário constitui uma das mais sérias ameaças à sustentabilidade dos recursos haliêuticos.

“Apesar de ter sido uma das prioridades da Presidência Portuguesa do Conselho, no 2º semestre de 2007, Portugal não conseguiu fechar este dossier que assim passou a ser, juntamente com um outro relativo à Preservação dos Ecossistemas de Profundidade, do qual sou aliás relator, a principal prioridade da actual presidência eslovena no domínio das Pescas”, referiu o Deputado Europeu Duarte Freitas.

Para Duarte Freitas, “a pesca ilegal é uma prática que engloba actividades diversificadas que têm na base o objectivo comum de obtenção de vantagens económicas à custa do depauperamento dos recursos e de uma concorrência inaceitavelmente desleal relativamente aos operadores económicos que exercem a sua actividade de forma legal” devendo por isso der “combatida e neutralizada o mais rapidamente possível”.

O Deputado Social-Democrata saúda esta proposta de Regulamento da Comissão Europeia que, segundo o próprio, “reforça as medidas ao nível do controlo e vigilância e preconiza uma actuação ao nível dos mercados e um trabalho concertado com as Organizações Regionais de Pesca”.

Apesar de considerar a proposta legislativa da Comissão “equilibrada e consciente” Duarte Freitas propôs um conjunto de medidas que “pretendem melhorar e operacionalizar os objectivos da UE nesta matéria e que, espero, possam vigorar no texto final do Conselho”.

Para Duarte Freitas, “O que está em causa é a opção por uma estratégia de desenvolvimento sustentável, a longo prazo, que garanta o futuro das pescas mundiais. Nesse sentido a abordagem tem que ser global, baseada na cooperação internacional e na acção de todos os Estados, incluindo Portugal, que podem desempenhar um papel relevante nesta matéria.”

Carlos Coelho

Acordo entre a UE e os EUA relativamente ao intercâmbio de dados sobre passageiros, voos transatlânticos e vistos



Na Sessão Plenária do Parlamento Europeu (PE) a decorrer em Estrasburgo, teve lugar um debate entre o Conselho, a Comissão e os Eurodeputados sobre Acordo entre a UE e os EUA relativamente ao intercâmbio de dados sobre passageiros, voos transatlânticos e vistos.

Carlos Coelho, como principal responsável do PPE-DE relativamente a esta matéria participou activamente neste debate e lembrou que já a 10 de Março passado, no PE, tinha manifestado os seus receios sobre esta questão. Na altura o Deputado português considerou que “os Estados Unidos optaram por uma estratégia de “dividir para reinar” ao propor acordos bilaterais no âmbito do seu Visa Waiver Programme.

“Infelizmente, vários Estados Membros não conseguiram resistir à tentação de tentar avançar mais rapidamente, esquecendo-se que a Política comum de vistos faz, indubitavelmente, parte da competência comunitária, da mesma forma que estão obrigados a respeitar o princípio da solidariedade, de acordo com o artº 10 nº2 do TEC”, explicou Carlos Coelho.

É oportuno recordar que quando os Estados Membros aderiram à União Europeia comprometeram-se a respeitar os respectivos aspectos do acqvis comunitário, tendo aceitado partilhar a sua soberania em matérias comuns onde deve prevalecer uma abordagem europeia.

Segundo Carlos Coelho, “A assinatura destes Acordos bilaterais abriu, assim, um precedente totalmente contrário ao espírito que tem estado na base da construção europeia.”

Carlos Coelho congratulou o Conselho pelo mandato que conferiu à Comissão Europeia para negociar com os EUA mas sublinhou que “temos de evitar o enfraquecimento da posição negociadora europeia.” Lembrou de seguida que em Março passado defendeu “teria sido preferível optar pelo “congelamento” dos acordos bilaterais até à conclusão das negociações entre a Comissão e os Estados Unidos.”

A terminar, Carlos Coelho apelou à Comissão para que “não transija um centímetro em matéria de interesse comum e para que mantenha um escrutínio firme sobre as iniciativas de cada Estado-Membro, para que não hesite em recorrer ao Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias em caso de violação do direito comunitário e para manter este Parlamento informado da evolução da situação e do nível de solidariedade (ou da falta dela) manifestada pelos diferentes Estados-Membros.”

Carlos Coelho defende maior controlo de fronteiras e combate à imigração ilegal

Na Sessão Plenária do Parlamento Europeu a decorrer em Estrasburgo, teve lugar um debate Imigração Ilegal, Acção Externa da U.E. e FRONTEX que contou com a intervenção do Deputado europeu do PSD Carlos Coelho.

Na sua intervenção Carlos Coelho lembrou que “atravessamos uma crise de imigração irregular massiva que tem consequências para a segurança e a coesão de toda a Europa comunitária.”

Para Carlos Coelho, a imigração é “um fenómeno de enormes dimensões que, sobretudo num espaço sem fronteiras internas, obriga a uma abordagem europeia, com base nos princípios da solidariedade, da responsabilidade partilhada, confiança mútua e transparência.”

De seguida, o Deputado português defendeu a criação de um sistema europeu de vigilância das fronteiras

externas - Eurosur - de forma a modernizar e interligar os sistemas de controlo de fronteiras dos Estados Membros, para aumentar a segurança interna da União, lutar contra a imigração ilegal (através da detecção e intercepção de pessoas que tentem entrar de forma ilegal na Europa, fora dos pontos normais de travessia de fronteiras), prevenir a criminalidade transfronteiriça e o terrorismo e reforçar a capacidade dos Estados Membros em operações de salvamento.

Segundo Carlos Coelho, os dados relativos ao ano de 2006, registaram a “chegada de cerca de 31.000 imigrantes ilegais às ilhas Canárias e 16.000 alcançaram a ilha de Lampedusa, através da Líbia, ao mesmo tempo que foram registados cerca de 1.200 mortos ou desaparecidos ao largo da costa espanhola e ilhas Canárias, estimando-

se que o verdadeiro número se possa elevar a cerca de 6.000.”

O Deputado apoiou, igualmente, o papel central que a Agência FRONTEX deverá desempenhar no controlo e vigilância das fronteiras externas, afirmando que “à FRONTEX deverá caber facilitar e tornar mais eficaz a aplicação das disposições comunitárias actuais e futuras em matéria de gestão das fronteiras externas, assegurando a coordenação das acções dos Estados Membros e, nomeadamente, a assistência técnica e operacional a prestar aos Estados Membros que o necessitem.”

No entanto alertou o Conselho e os Estados-Membros para que “estes objectivos só se concretizam se dotarmos esta agência dos recursos humanos e financeiros necessários o que até ao momento não é, infelizmente, nada evidente.”

Quanto ao sistema de entrada/saída, Carlos Coelho afirmou “creio que devemos ser mais prudentes. Preocupa-me este sucedâneo de propostas relativas à vigilância de indivíduos que se multiplicam a um ritmo alucinante.”

Na sua opinião, “não conseguimos concluir o que já aprovámos e fazemos fugas para a frente sem cuidar de evitar eventuais sobreposição ou duplicação de funções, nem de avaliar o impacto que esses sistemas irão ter sobre os Direitos fundamentais dos indivíduos, nem de estabelecer as salvaguardas que se afigurem apropriadas.”

A terminar Carlos Coelho sugeriu que “em vez de propor novos mecanismos, a Comissão deveria estar empenhada em recuperar os atrasos detectados e em colocar em funções, tão cedo quanto possível, sistemas como o SIS-II e o VIS.”

Visita às Freguesias de Souto, Fontes e Aldeia do Mato

No dia 26 a Comissão Política Concelhia de Abrantes, realizou uma visita às Freguesias de Souto, Fontes e Aldeia do Mato

Com o objectivo claro de tomar conhecimento, e de visualizar, por parte dos autarcas destas freguesias, das dificuldades vividas por estes, no desempenho das suas actividades.

No Souto, o PSD deparou-se com um cenário desolador. Esta freguesia, vive uma situação de claro desfavorecimento, em relação a outras freguesias do concelho, no que diz respeito ao tratamento de que é alvo por parte da Câmara Municipal, que nunca foi capaz de digerir a derrota que o Diogo Valentim infligiu ao candidato do PS em 2005.

A Câmara Municipal, simplesmente esqueceu e ignora a população do Souto, situação que é visível, em primeiro lugar através das péssimas condições em que se encontram as acessibilidades rodoviárias, das quais de destaca a ligação Carvalhal / Souto, sem esquecer as ligações Carregal / Souto e Bioucas / Souto. Aqui revela-se a política de isolamento levada a cabo pelo executivo municipal.

O investimento nesta freguesia é pura e simplesmente nulo, facto só verificável desde 2005, constatando-se desde essa altura um decréscimo, nas transferências da Câmara Municipal para as contas da Junta de Freguesia, na ordem dos 40%.

Outro dos factos, extremamente censurável, prende-se com elevado grau de abandono a que está votado o polidesportivo e o parque infantil. O PSD, já por várias vezes, informou o Sr. Presidente da Câmara, da necessidade de investimento nestes equipamentos, necessários à sã convivência da população, e à coesão

social da mesma.

Em Fontes, o PSD encontrou mais do mesmo. Uma freguesia mergulhada num marasmo completo, sem perspectivas de crescimento, onde se respira o abandono a que é votada por parte da Câmara Municipal. Naquela que é a freguesia mais distante da cidade de Abrantes, constata-se a política do actual executivo municipal – abandono e mais abandono.

No centro da freguesia da Fontes, e em locais donos de uma paisagem lindíssima, são constantes os sinais deste abandono, que nem a política do alcatrão de 2005 consegue disfarçar.

Em Aldeia do Mato

Em Aldeia do Mato, o PSD também foi recebido pela Junta de Freguesia. Aqui, também é visível a política de desprezo e de abandono, que caracteriza a Câmara Municipal de Abrantes na sua relação com as juntas de freguesia do norte do concelho. Com acessibilidades importantes, do ponto de vista estratégico e da elevada utilização de que são alvo, a necessitarem de pavimentação, como é caso da ligação Aldeia do Mato / Carreira do Mato, e Aldeia do Mato / Centro Náutico.

Uma Junta de Freguesia exemplar do ponto de vista social, com protocolos celebrados, que lhe permite garantir apoio social aos idosos e mais carenciados da freguesia, apesar das dificuldades existentes.

O desprezo que a Câmara Municipal inflige é particularmente notório, na falta de protocolos celebrados com Junta, no sentido de melhorar as infraestruturas existentes. É incompreensível, na óptica do PSD, que existam polidesportivos altamente degradados no concelho de Abrantes,



como é o caso do polidesportivo de Carreira do Mato, quando o melhoramento destes equipamentos, representaria uma pequena percentagem dos valores gastos do complexo desportivo da cidade de Abrantes.

É incompreensível de todo, que a Câmara Municipal não conte com Junta como parceira na dinamização do Centro Náutico, tanto ao nível da exploração, como da própria gestão. A Junta deveria fazer parte de todo o processo que envolveu a construção do Centro Náutico, e não é compreensível, que, nos dias que correm, a Câmara continue a ignorar e não dialogar com Junta.

No fim desta visita, o PSD pode constatar a falta de estratégia do executivo municipal, no que se refere às freguesias do norte do concelho de Abrantes.

Trata-se de toda uma zona que confina com a Albufeira do Castelo de Bode, e que, em nada vê potenciada essa mais valia, como factor de desenvolvimento, antes pelo contrário.

O abandono a que estão sujeitas estas freguesias, fruto da política de desinvestimento nas freguesias rurais, é motivo de vergonha, e entristece qualquer abrantino, principalmente, quando assistimos ao desperdício de

dinheiros públicos na cidade de Abrantes, na sua maioria, aplicado em projectos sem retorno de alguma espécie para a população, e que, em nada se identificam com o concelho.

Ausência de rejuvenescimento das populações

As freguesias do Souto, Fontes e Aldeia do mato, continuam a ver a sua população idosa falecer, sem que haja rejuvenescimento, tanto ao nível de novos casais que se possam instalar, como ao nível da natalidade.

É urgente dinamizar esta zona do concelho, com um potencial natural tremendo, criando políticas de fixação para os jovens, incentivando ao aumento da natalidade, e ao mesmo tempo dinamizar a vertente ambiental, cultural, desportiva e principalmente, a vertente turística. Com uma oferta quase nula – ao contrário do concelho de Tomar, é urgente criar mecanismos de apoio ao turismo neste zona, e de uma vez por todas, é tempo de terminar com o desprezo e a ignorância que tem caracterizado a relação da Câmara Municipal com as populações destas localidades.

É urgente devolver a dignidade a estas populações, e a esta zona do concelho – CPS/PSD-Abrantes



Notícias de Aveiro

Exposição Filatélica “Mostra do Mar”

Exposição Filatélica “Mostra do Mar” patente de 2 a 7 de Maio, na Galeria da Capitania, em Aveiro. A mostra poderá ser visitada de Terça-feira a Domingo, das 14.00 às 19.00 horas. Tem entrada livre.

Organizada pela Secção Filatélica e Numismática do Clube dos Galitos, com o apoio da Câmara Municipal e do Porto de Aveiro, a mostra surge no âmbito das Comemorações dos 200 anos da abertura da Barra de Aveiro ao tráfego marítimo.

A exposição constituirá uma mostra filatélica subordinada ao tema do Mar e contemplará o lançamento do carimbo comemorativo, no dia 3 de Maio, pelas 14.00 horas, bem como a realização de três palestras: “Os Estaleiros dos Mónicas na história da construção naval na Ria de Aveiro” pelo Capitão João Batel; “História Postal – Correio Marítimo” por Luís Frazão; e “Pesca do Bacalhau – uma viagem” pelo Capitão Marques da Silva; também nesse mesmo dia, pelas 15.30 horas.

Inscrições para o Concurso de Bandas’08 abertas até ao dia 23 na Casa Municipal da Juventude de Aveiro

Organizado pela Câmara Municipal de Aveiro e integrado na Semana da Juventude, “Juv.Move” que se irá realizar de 21 a 28 de Junho, o Concurso de Bandas’08 pretende promover a participação de bandas e/ou grupos musicais Portugueses, divulgando os novos produtos musicais, bem como o reconhecimento pelo público de novos talentos.

Com inscrições abertas até 23 de Maio, podem concorrer todas as bandas / grupos de diferentes estilos musicais, desde que os seus membros, ou a maior parte deles, tenham idades compreendidas entre os 16 e os 35 anos de idade. Não poderão concorrer Bandas já vencedoras do presente Concurso, bem como, Bandas que já tenham trabalhos gravados por editoras.

Os interessados em participar podem candidatar-se mediante o envio ou a entrega de uma maquete com quatro temas originais, biografia actualizada da formação ou banda/grupo, rider técnico e respectivos contactos na Casa Municipal da Juventude de Aveiro, Rua Eng.º Silvério P. Silva, 3800-175 Aveiro, de Segunda a Sexta-feira, das 09.30 às 18.00 horas. As bandas concorrentes devem preencher a Ficha de Inscrição disponível em www.cm-aveiro.pt, www.oficinademusica.com ou directamente na Casa Municipal da Juventude de Aveiro.

O júri será constituído por Pedro Ferreira, Vereador responsável pelo Pelouro da Juventude, Miguel Bastos da Rádio Clube Português; ZéTó Rodrigues da Oficina de Música de Aveiro; Rui Alves do Conservatório de Música de Aveiro; e Nuno Oliveira da Comissão de organização do Concurso COMA promovido pela Associação Académica da Universidade de Aveiro. Como critérios de selecção o júri basear-se-á na originalidade, as qualidades vocal e técnica dos projectos musicais apresentados.

Numa primeira fase serão seleccionadas seis bandas, sendo apenas uma premiada com um pecúlio no valor de mil euros, que actuarão durante no máximo 20 minutos, no programa da Semana da Juventude “Juv.Move”.

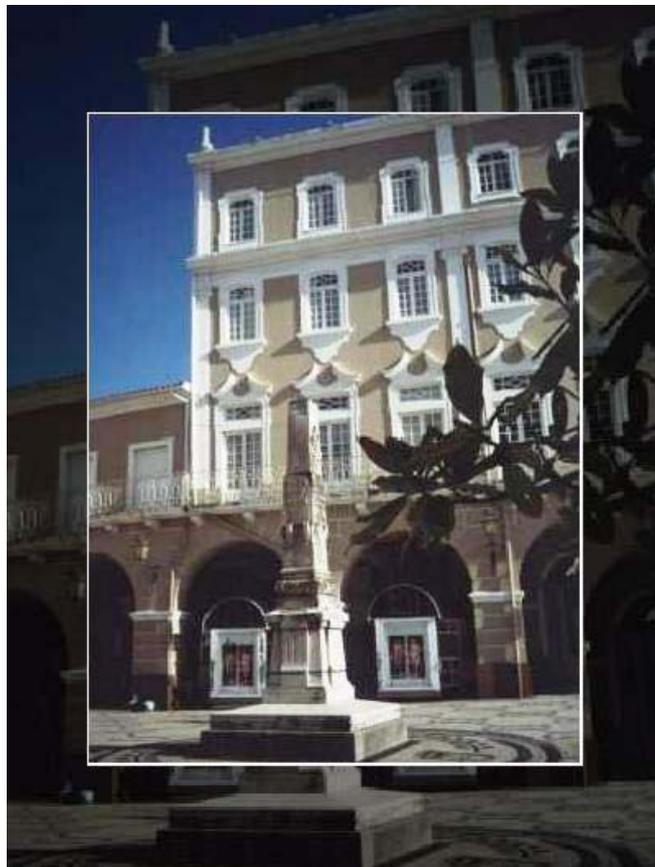
Para obter mais informações pode consultar o regulamento em www.cm-aveiro.pt ou pode dirigir-se à Casa Municipal da Juventude de Aveiro, sita na Rua Eng.º Silvério P. Silva, 3800-175 Aveiro, ou contactar através do número de telefone 234 406 522, ou fax 234 406 524 ou ainda, através do e-mail cmjuventude@cm-aveiro.pt.

Actividade da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Aveiro relativa a 2007

As Comissões de Protecção de Crianças e Jovens são instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os Direitos da Criança e do Jovem e prevenir e pôr termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

Miguel Capão Filipe, Vereador responsável pelo Pelouro dos Assuntos Culturais, aponta “a relevância do trabalho da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Aveiro junto da população mais jovem que apresenta dificuldades várias” e reafirma que “o município de Aveiro está atento a este tipo de problemáticas sociais para actuar dentro das suas competências.”

A CPCJ de Aveiro é composta por representantes das seguintes entidades: Município de Aveiro; Segurança Social; Serviços locais do Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Serviços da Juventude; Instituições que desenvolvem actividades de carácter não institucional, Instituições que desenvolvem actividades em regime de colocação institucional; Associações de



Pais; Associações Desportivas, Culturais e Recreativas; Guarda Nacional Republicana; Polícia de Segurança Pública; quatro cidadãos eleitores designados pela Assembleia Municipal e seis técnicos cooptados.

A Comissão Restrita compete atender e informar as pessoas que se dirigem à Comissão; apreciar as situações sinalizadas; instaurar processos de promoção e protecção; solicitar parecer e colaboração de entidades e serviços; executar e acompanhar as medidas aplicadas e informar a Comissão Alargada da Actividade desenvolvida.

No ano transacto foram instaurados 222 processos, mais 13 do que em 2006. De salientar que a partir de 2006 os processos das Comunidades Escolares de abandono e absentismo escolar foram inseridos nas actividades da Comissão, justificando em parte o aumento considerável de processos. Ainda outra causa para este crescimento tem a ver com a maior sensibilização por parte das entidades em sinalizar e referenciar situações de crianças e jovens em situações desfavoráveis.

As freguesias com mais casos apontados são Esgueira (48 casos), Glória e Cacia, com 22 processos cada. As Freguesias de Nariz (2 casos), de Eirol, São Jacinto e Requeixo (3) são as que apresentam menos crianças e jovens em perigo. De realçar que a negligência, o abandono escolar, modelos de comportamentos desviantes, maus-tratos físicos e psicológicos/abuso emocional, são as problemáticas que atingem o maior número de indivíduos. A CPCJ de Aveiro conclui ainda que 201 crianças / jovens vivem com a família biológica (pai, mãe); 20 com família com relação de parentesco e sete sem relação de parentesco. Geralmente os processos provêm de situações económicas dos agregados familiares difíceis.

A Comissão conta com o apoio de diversas entidades/individuais que sinalizam os casos de perigo – pais, familiares, vizinhos e particulares, CPCJ de Aveiro, Ministério Público, Autoridades Policiais, serviço de Segurança Social, estabelecimentos de Saúde e de Ensino, tribunais, instituições de apoio à criança e jovem, autarquias, e outras comissões. Foram os estabelecimentos de ensino que sinalizaram mais casos – 52, seguindo-se o pedido de apoio por parte dos pais (25). As restantes entidades que apresentaram mais casos foram outras comissões (20), autoridades policiais (19), tribunais (18) e estabelecimentos de

saúde (16). As medidas de promoção e protecção aplicadas são variadas, no entanto, o apoio junto dos pais foi a acção mais adoptada. Ainda neste âmbito, a comissão proporciona apoio junto de outro familiar, confia a criança/jovem a uma pessoa idónea, presta apoio para autonomia de vida e encaminha para acolhimento institucional.

No final de 2007, a CPCJ de Aveiro tinha 693 processos activos; 604 transitaram de anos anteriores; foram instaurados 222; reabertos 11, foram arquivados liminarmente 34 casos, arquivados 45 e 65 processos foram remetidos para outras entidades.

Mais uma conferência do ciclo “Aveirenses Ilustres”

A próxima Conferência do Ciclo “Aveirenses Ilustres” que teve lugar na passada segunda-feira, das 18.30 às 19.30 horas, no Museu da Cidade.

Luis Gomes de Carvalho e João Henrique Adolfo Von Hafe foram os homenageados numa sessão que contou com a intervenção de José Rodrigues Pereira, Capitão de Mar-e-Guerra da Marinha Portuguesa.

Organizado pela Câmara Municipal de Aveiro, o Ciclo de Conferências, que teve início no passado dia 15 de Outubro de 2007, tem por objectivos preservar a identidade e a memória colectiva dos aveirenses; homenagear personalidades que, activamente, deram o seu contributo para o desenvolvimento sociocultural e político-económico da região; e valorizar a historiografia local e formar pedagogicamente públicos no âmbito da realidade museológica municipal.

Luis Gomes de Carvalho: Ilustre aveirense, nasceu em 1771 e faleceu em 1826.

De carácter austero, este notável foi director das obras da Barra até 1823, onde se destacou pela abertura e fixação da Barra, em 1808 e pela construção do molhe que viria a designar-se de Molhe Sul, no período de 1802 a 1808. A este engenheiro se deveu também o plano de intervenção no percurso e na embocadura do Rio Vouga, assim como o Plano de Fortificações para a nova Barra projectada.

Foi Sargento-mor; Tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros; Membro da Real Sociedade Marítima, Militar e Geográfica; Director e Inspector das Obras da Barra. Este insigne aveirense enfrentou as invasões francesas de Soult e de Massena, desempenhando funções como de Quartel Mestre-General e Comandante da Engenharia do Exército de operações, até à restauração de Lisboa, e depois o cargo de Comandante dos Engenheiros do Exército Norte. Foi no entanto, na concretização dos projectos do coronel Reinaldo Oudinot, para a abertura da Barra, entre o Forte Novo e a N^a S^a das Areias, em S. Jacinto que Luis Gomes se destacou, com intervenções no Rio Vouga e Cértima; nos diques; na rede de estradas envolventes e no cais da cidade.

A este insigne se deveu a redacção da primeira parte da Memória Descritiva ou Notícia Circunstanciada do Plano e Processo dos Efectivos Trabalhos Hidráulicos Empregados na Abertura da Barra de Aveiro.

João Henrique Adolfo Von Hafe: Ilustre engenheiro da JARBA (Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro) nasceu em 1855 e faleceu em 1930. Da sua acção destacou-se, o Estudo e o Projecto de Melhoramento da Barra, em 1925 e 1927 respectivamente, onde actuou e defendeu a construção de um dique de concentração de correntes e o prolongamento do molhe norte, em mais 300 metros em direcção ao mar. Este projecto viria a ser aprovado, em 1930, depois de aperfeiçoado pela Missão Inglesa (firma inglesa, especializada e consultada para esta matéria a pedido do Ministério das Obras Públicas) vindo a servir de pedra basilar na primeira fase do plano portuário de Aveiro. O Eng.º Von Hafe propugnou também por uma Barra a 18 pés, à custa do prolongamento do Molhe Norte e sem dragagens.

A este ilustre se deveu também o Anteprojecto de um porto de comércio e de pesca que propunha um plano geral de construção do porto interior de Aveiro.

Período de acompanhamento público do Relatório de Conformidade Ambiental do projecto “Infra-estruturas Hidráulicas da Pista Olímpica de Remo e Canoagem do Rio Novo do Príncipe”,

O período de acompanhamento público do Relatório de Conformidade Ambiental do projecto “Infra-estruturas Hidráulicas da Pista Olímpica de Remo e Canoagem do Rio Novo do Príncipe”, teve início a 18 de Abril e terminará a 7 de Maio de 2008 (12 dias).

O Relatório de Conformidade Ambiental do Projecto de Execução (RECAPE) pode ser consultado na Agência Portuguesa do Ambiente (Rua de “O Século”, 63, 1200 Lisboa); na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (Rua Bernardino Ribeiro, 80, 3000-069 Coimbra) e na Câmara Municipal de Aveiro. Informamos ainda que o Sumário Executivo pode ser igualmente consultado na Junta de Freguesia de Cacia e no site: www.apambiente.pt.

No âmbito deste processo de acompanhamento, o público interessado, desde que devidamente identificado, poderá apresentar por escrito uma exposição contendo quaisquer informações ou dados factuais relevantes sobre impactos negativos causados pelo Projecto, a qual deverá ser enviada para a Agência Portuguesa do Ambiente até dia 7 de Maio de 2008.

Este relatório, encomendado à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro pela Autarquia, servirá para efectivar a Avaliação de Impacte Ambiental do Estudo Prévio para a construção das Infra-estruturas Hidráulicas

da Pista Olímpica de Remo e Canoagem do Rio Novo do Príncipe.

Inscrições para a participação no seminário “Metro Ligeiro de Aveiro

Câmara Municipal de Aveiro informa o Vosso Órgão de Comunicação Social Estão abertas as da abertura das inscrições para a participação no seminário “Metro Ligeiro de Aveiro – que repercussões na Economia, no Ambiente e na Mobilidade o justificam?” que se irá realizar no dia 9 de Maio, das 10.00 às 17.30 horas, no Auditório da Assembleia Municipal (edifício da Antiga Capitania).

As inscrições são gratuitas e limitadas a 100 participantes, podem ser efectuadas até dia 2 de Maio, na Casa Municipal da Cultura – Edifício Fernando Távora de Segunda a Sexta-feira, das 9.30 às 12.30 horas e das 14.00 às 17.00 horas, ou através do telefone 234 400 551; endereço electrónico metroaveiro@cm-aveiro.pt; ou ainda fax: 234 377 765. A ficha de inscrição pode ser obtida em www.cm-aveiro.pt.

Organizado pela Câmara Municipal de Aveiro, o Seminário subordinado ao tema “Metro Ligeiro de Superfície” terá como principal finalidade ponderar a possibilidade deste meio constituir uma solução de transporte público a considerar, não só em razão da oportunidade da sua rentabilização sócio-económica, mas atendendo a eventuais benefícios ambientais e contextualizada no plano de uma política integrada de Mobilidade.

Pretende, ainda, o Município de Aveiro, com a presente iniciativa, contribuir com um debate cujas intervenções e conclusões enriqueçam a “Política de Cidades, Mobilidade e Transportes”. De salientar que, segundo a Edilidade, encontram-se na base da realização deste seminário, o facto do desenvolvimento de Aveiro e do dinamismo da região aveirense requererem uma reflexão sobre os meios de transportes mais capacitados para responder aos desafios da modernidade, que sejam atractivos para as populações e que contribuam para preservar a identidade das nossas cidades.

Do programa fazem parte oradores que farão intervenções relacionadas com a Mobilidade e Transportes. A Sessão de abertura será efectuada pelo Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Élio Maia, seguida pelas intervenções do Presidente da GAMA – Grande Área Metropolitana de Aveiro de Aveiro, Ribau Esteves, e da Secretária de Estado dos Transportes, Ana Paula Vitorino. Pelas 10.45 horas, Juvenal da Silva Penedo do CCRN – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte apresentará “Sistemas Ferroviários Ligeiros: custos e adequação”. Às 11.00 horas, será dado o exemplo de Almada com a comunicação “Almada: a um metro do futuro” por Mário Alves – Consultor em Transportes e Mobilidade. Pelas 11.45 horas, “Implementação de Sistema de Metro Ligeiro com aproveitamento de linhas ferroviárias pré-existentes: uma reflexão” é o tema proferido por Álvaro Seco do Metro de Mondego, seguido por Nuno Aleluia do Metro do Porto, com a intervenção “Metro do Porto, os primeiros anos do sistema”. Paulo Reis, da Transdev apresentará “Alargar Horizontes”. No fim da manhã haverá espaço para debate.

Da parte da tarde, o seminário começará às 14.30 horas com a intervenção de Robert Stussi da Associação Portuguesa do Veículo Eléctrico: “Outros modos – solução complementar ou alternativa”. Como especialista em Transportes e Mobilidade teremos a comunicação de Carlos Gaivotto com “Tram-Train e a estratégia de mobilidade sustentável e de desenvolvimento durável”. Na área do ambiente, a QUERCUS far-se-á representar por Dalila Antunes com “Mobilidade Sustentável: Uma questão de Saúde Pública”, seguido de debate. Às 16.15 horas, será apresentada a comunicação de Luis Coimbra da Alstom “Alstom: Sistemas Inovadores em Metros Ligeiros” e pelas 16.30 horas, Herbert Seelmann da Siemens intervirá com “Sistemas de Mobilidade Urbana da Siemens”. Às 16.45 horas, haverá debate, seguido do encerramento pelo Vereador do Pelouro da Mobilidade, Miguel Capão Filipe.

De manhã, a moderação estará a cargo de Jorge Carvalho e à tarde será Margarida Coelho, ambos da Universidade de Aveiro, a moderar o Seminário. – **Gab. Imp. CM Aveiro**



Notícias de Cascais

Cidadela florida acolhe festa da Flor nos dias 3 e 4 de Maio

A Cidadela de Cascais recebe a Festa da Flor. Um evento promovido pela Câmara Municipal de Cascais com o objectivo de comemorar o Dia da Mãe e assinalar a chegada da Primavera, que conta com a participação de 30 empresas do concelho.

Para além de sectores ligados à jardinagem e ao comércio de flores participam na iniciativa profissionais do ramo da cosmética, perfumaria, spas, cabeleireiros, ginásios, chocolate, vinhos, entre outras.

O público pode assistir ou participar nos ateliês de jardinagem, arranjos florais, workshops de chocolate, provas de vinhos, diagnósticos de bem-estar, sessões de massagem, aconselhamento de imagem, aulas de Pilates, Biodanza, Yoga, entre outras surpresas.

As crianças terão ao dispor um espaço onde podem participar em ateliês de jardinagem e pinturas faciais, mais adequados às suas idades.

Para anunciar a Festa da Flor, nos dias 29, 30 de Abril e 1 de Maio, Cascais contou com a presença de animadores vestidos de flores, abelhas, joaninhas e jardineiros, que vão convidar a população a visitar esta festa original na Cidadela de Cascais.

Também o Centro Histórico de Cascais, os Mercados de Cascais e Carcavelos, as estações de Comboios de Parede e Carcavelos vão apresentar uma decoração especial nestes dias.

Câmara executa obras em falta na urbanização Costa da Guia

A Câmara Municipal de Cascais vai realizar as obras em falta na Urbanização da Costa da Guia. A decisão foi formalizada na reunião pública de Câmara de dia 21 de Abril e visa libertar os moradores dos problemas impostos pelos sucessivos incumprimentos por parte da Sociedade de Construção Caracol & Filhos naquela urbanização.

Em causa estão trabalhos de construção de calçadas, colocação de tapete betuminoso final, implementação da sinalização de trânsito e conclusão dos espaços verdes, compromissos assumidos no âmbito do Alvará de Loteamento n.º 1292, na Costa da Guia.



Luz, em Cascais recebe mais uma edição do Mercado do Livro, iniciativa organizada pela Sodilivros e pela Câmara Municipal de Cascais que possibilita a aquisição de livros de todos os géneros a preços mais acessíveis.

Ficção nacional e estrangeira, BD, livro infantil e poesia são as temáticas em destaque nesta edição do Mercado do Livro. Para além das edições em saldo, estarão patentes algumas novidades/livros de referência.

No certame estarão disponíveis obras das editoras Artes & Letras Kual, Âmbar, João Azevedo Editores, Antígona, Lêgis, Arte Mágica, Leianaia, Assírio & Alvim, Livpsic, Caleidoscópio, Orfeu Negro, Cão Menor, Palimpsesto, Editorial Novembro, Papa-Letras, Colibri, Parceria A. M. Pereira, Coimbra Editora, Projecto Morangui, Cosmos/Zaina, Plátano, Dinossauro, Replicação, Edições Nelso de Matos, Sete Caminhos, Entrelinhas, Sururu, Esfera dos Livros, Vendaval, Esquilo, Via Óptima, Guerra e Paz, Vislis Editores, Ideias & Rumos, Voxgo, Cotovia Zero a Oito, Centralivros e outras a designar.

Reforço da iluminação pública na Avenida Emídio Navarro e artérias mais próximas

Decorrem até final de Abril, na Avenida Emídio Navarro e artérias mais próximas na zona histórica de Cascais, obras com vista ao reforço da iluminação pública. Uma intervenção que contempla a instalação de 98 novos candeeiros.

No âmbito da presente intervenção a Câmara Municipal está a instalar 98 novos candeeiros proporcionando uma franca melhoria nas condições de circulação rodoviária e pedonal na zona, sobretudo no período nocturno, uma vez que a iluminação pública será reforçada em 60 % na Av. Emídio Navarro, em 80 % na Av. Vasco da Gama e em 20 % no Jardim Costa Pinto (vulgo Jardim da Parada, em frente ao Museu do Mar).

De salientar que, com a mesma energia, as novas luminárias oferecem melhor iluminação, dado que a configuração da nova "armadura" onde está instalada a lâmpada permite projectar toda a luz sobre a via e passeios, impedindo que se crie o efeito de auréola sobre o candeeiro. Regista-se, assim, uma redução significativa da poluição luminosa e um ganho para peões e automobilistas.

Além destas são também beneficiadas a Rua João Luís de Moura e respectivas perpendiculares, assim como Alameda dos Combatentes da Grande Guerra.

Maior luminosidade ajuda também a minorar o sentimento de insegurança muitas vezes associado a zonas menos iluminadas.

Esta operação significa um investimento municipal acima dos 400.000 euros. – CM Cascais, Gab. Imp.

Uma vez declarada a caducidade do Alvará de Loteamento e accionada a garantia bancária, como foi deliberado na reunião camarária de dia 21, está agora a ser programada a intervenção dos serviços da Câmara Municipal com vista a satisfazer as necessidades dos residentes nos 103 fogos desta urbanização, cujas reclamações têm sido constantes.

No Dia Mundial do Livro, Cascais inaugura Mercado do Livro no Jardim Visconde da Luz

Desde o passado dia 23 de Abril, o Jardim Visconde da



Parcialmente satisfeitas as reivindicações dos vereadores e da CPS do PSD de Ovar, quanto às urgências hospitalares

Ante os permanentes apelos e protestos do PSD, quando ao encerramento da Urgência hospitalar durante a noite, desde há seis meses, a autarquia acabou por aprovar uma proposta que prevê que o Hospital Francisco Zagalo, passe a ter a partir de 15 de Maio a Consulta Aberta operacional 24 horas.

O autarca local, o socialista Manuel Oliveira, comunicou que a Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC) e o Ministério da Saúde “acolheram” uma proposta feita nesse sentido pela Câmara Municipal de Ovar.

A Consulta Aberta, a funcionar na dependência do Centro de Saúde, foi criada após o encerramento da urgência hospitalar, há seis meses, atendendo actualmente utentes das 8.00 às 24.00.

Com o alargamento para o horário nocturno, o hospital público de Ovar voltará, assim, na prática, a ter um Serviço de Atendimento Permanente (SAP) durante as 24 horas do dia, beneficiando dos meios de diagnóstico hospitalares.

“Algumas das lacunas detectadas no cumprimento do mesmo justificam que a reabertura aconteça mais cedo, visando assim melhores respostas neste sector”, explicitou uma nota camarária.

O município assumiu que “algumas cláusulas” do protocolo necessitam “da garantia de melhores condições na sua implementação”. Daí que a reabertura “aconteça mais cedo, visando assim melhores respostas neste sector”.

Um recuo do Ministério da Saúde que é desta forma interpretado por Miguel Viegas, porta-voz da comissão de utentes do hospital de Ovar:

O Ministério da Saúde “começa a dar o braço a torcer” às reivindicações da população para manter um serviço de proximidade.

Valeu a pena a luta do PSD!

Os serviços municipalizados de água admitem perder 40% do volume total produzido!

De acordo com o relatório de gestão dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Ovar (SMAS), em 2007 registaram-se perdas de água na ordem dos 40% do volume total produzido.

Este valor equivale a 1.600.000 m³ (um milhão e seiscentos mil metros cúbicos) de água perdida ao longo do ano de 2007.



Se tivermos em conta que, em média, cada pessoa consome 150 litros de água por dia, facilmente se chega à seguinte conclusão: as perdas de água no concelho de Ovar, no ano de 2007, dariam para abastecer toda a população portuguesa durante um dia...**Impressionante!**

PSD defende recuperação e reabilitação do Cine-Teatro de Ovar

O PSD defendeu em Reunião de Câmara, a recuperação e reabilitação do Cine-Teatro de Ovar, aproveitando os fundos comunitários que existem para este tipo de projectos.

Inaugurado no já longínquo ano de 1944, o Cine-Teatro apresenta actualmente um estado de profunda degradação e abandono, apesar de uma localização privilegiada no centro da Cidade de Ovar. E, sendo certo a Câmara Municipal de Ovar está a realizar um importante e tão desejado Centro de Artes, também é certo que esse investimento não concorre com um espaço com as características do Cine-Teatro de Ovar.

Nesse pressuposto, os Vereadores

do PSD deixaram a recomendação à Câmara Municipal para que o diálogo e as negociações com os proprietários do Cine-Teatro de Ovar avancem e dêem passos concretos no sentido deste equipamento ser recuperado, reabilitado e colocado à disposição da comunidade.

Mas tal como já aconteceu várias vezes antes, os vereadores do PSD não se limitam a fazer uma recomendação; sugerem também a forma de a pôr em prática, ao lembrar que o novo pacote de fundos comunitários provenientes do QREN 2007-2013 abre uma janela de esperança para a resolução, efectiva e definitiva, deste problema.

Assim, no âmbito do Programa Operacional Regional do Centro – Eixo 3 – “Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-regionais”, a medida “Rede de Equipamentos Culturais” contempla, entre outros, o apoio a projectos de recuperação e valorização de teatros e cine-teatros. Em concreto, esta medida apoia operações de reabilitação e adaptação de espaços em teatros e cine-teatros existentes, incluindo equipamento técnico, bilheteiras electrónicas, som, luz e equipamento de palco. A taxa máxima de comparticipação é de 40% do

investimento elegível da operação, num montante máximo de investimento elegível de 1.050.000 €. Esta medida permite candidaturas dos municípios, mas também de instituições privadas sem fins lucrativos que prossigam fins culturais, em parceria com instituições públicas.

Os Vereadores do PSD lembraram ao executivo socialista que vários processos de recuperação e valorização de equipamentos deste género têm ocorrido por toda a região e um pouco por todo o país: entre outros, destacaram o caso do vizinho Cine-Teatro de Estarreja, um bom exemplo de parceira público-privado, com regras claras, transparentes e com claros benefícios para toda a comunidade onde está inserido.

Também, neste ponto Ovar ficou a ver as oportunidades passarem ao lado. Contudo, é chegada a hora de pôr mãos à obra. Os Vereadores do PSD entendem que existe todo um enquadramento que torna possível a candidatura do Cine-Teatro de Ovar a uma excelente oportunidade de financiamento. Assim haja vontade e concertação entre todas as partes envolvidas. – **Do nosso Correspondente, Álvaro Santos**

Notícias de Viana do Castelo

PSD acusa presidente da Câmara de “assumir a posição salazarista do orgulhosamente só”

O PSD de Viana do Castelo acusou hoje o presidente da Câmara local, Defensor Moura (PS), de assumir a “posição salazarista do orgulhosamente só”, ao rejeitar a constituição de uma comunidade com os dez municípios do distrito.

“É lamentável que, numa altura em que está em discussão um grande desígnio estratégico para o distrito [Quadro de Referência Estratégico Nacional], o Dr. Defensor Moura, presidente da Câmara de Viana do Castelo, assuma a posição salazarista do orgulhosamente só”, refere, em comunicado, a Concelhia do PSD.

“Os sociais-democratas acusaram ainda Moura de se “refugiar em argumentos paroquiais, de serem os ‘pequenos concelhos a mandar nos grandes’, para justificar a sua rejeição pessoal” à integração de Viana do Castelo na futura comunidade intermunicipal.

“O PSD vê com grande preocupação esta postura obcecada do Dr. Defensor Moura de, permanentemente, pôr em primeiro lugar as ambições pessoais, neste caso relativas à liderança distrital do Partido Socialista, em detrimento das questões políticas importantes para toda a comunidade vianense e do Alto Minho”, lê-se ainda no comunicado “laranja”.

A constituição de uma comunidade única no Alto Minho, com os municípios que integram a NUT III Minho-Lima, é condição “sine qua non” para que os municípios tenham capacidade de contratualização das verbas do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

Moura diz que quer a comunidade única, integrando os dez municípios do Alto Minho, e sublinha mesmo que já a defende desde 1994, mas exige que o peso populacional de cada concelho conte na eleição dos órgãos que decidem e representam a comunidade.

A proposta de lei, que agora vai ser discutida na especialidade, preconiza o princípio “um município, um voto”.

“Este é um anómalo modelo de representação dos municípios nos órgãos da comunidade, em que os que tem menor população ficam com os poderes de decisão e de representação em todas as instâncias, minimizando os municípios



com a maioria da população”, criticou Defensor Moura.

O autarca socialista garantiu mesmo que recorrerá a todas as instâncias judiciais nacionais e europeias para travar a lei do associativismo municipal, se vingar a proposta já aprovada na generalidade.

“Recorreremos a todas as instâncias judiciais, nacionais e europeias, para contestar a anti-democraticidade da lei”, referiu. – **Fonte: Lusa**

Notícias do Algarve

Conselho da Europa aprova relatório de Mendes Bota sobre “Turismo Sustentável”

A Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa aprovou por unanimidade, o relatório elaborado pelo deputado Mendes Bota, sobre “Desenvolvimento Sustentável e Turismo: Por um Crescimento de Qualidade”.

Dezassete parlamentares de diferentes países usaram da palavra no debate sobre o documento elaborado ao longo do último ano pelo deputado português. O tom geral foi muito positivo, chegando a ser apontado como um “road map” de boas práticas a seguir por responsáveis governamentais, regionais e locais, bem como pelo

sector privado.

Mendes Bota, na sua intervenção, chamou a atenção para o facto de a Europa estar a perder quota no mercado turístico mundial, que cresce a um ritmo de 6% ao ano, enquanto o Velho Continente se fica pelos 4%.

Realçando a importância deste sector nos 47 Estados membros do Conselho da Europa, onde representa 11% do PIB e dá emprego directo a mais de 24 milhões de trabalhadores do sector, em particular jovens, Mendes Bota chamou a atenção para a necessidade de tornar o Turismo europeu mais competitivo e isso, no seu entender, passa pelo casamento

sustentável entre a Economia, o Ambiente, a Cultura e as preocupações Sociais.

Para Mendes Bota, a segurança, colectiva ou individual, é um factor primordial na competitividade de um destino. “Não há 100% de segurança, mas 100% de esforço é possível” – afirmou.

E continuou: “Será que o Turismo de massas é uma ameaça, ou uma oportunidade?” E aproveitou para aconselhar os novos países de Leste e do Centro da Europa, a não repetirem os erros da hiper-construção sobre as zonas litorais, como se fez em toda a bacia mediterrânica.

Outras temáticas abordadas por Mendes Bota, prenderam-se com o impacto das alterações climáticas no Turismo, o fenómeno “Low Cost”, e o conceito de hospitalidade, para terminar:

“Há que colocar a sustentabilidade à frente da especulação. A qualidade primeiro, a quantidade, depois. Escolher o melhor em vez de mais, e mais e mais. E colocar sempre o ser humano, e a sua satisfação, seja visitante ou anfitrião, no coração de todas as decisões políticas.” – assim terminou Mendes Bota a sua intervenção. – **Gab.Ap. MB**

Notícias do Porto

Cerimónias do 25 de Abril presididas por Rui Rio

No discurso proferido na Sessão Solene realizada no Salão Nobre dos Paços do Concelho e destinada, igualmente, a distinguir uma dezena de personalidades com as Medalhas Municipais, o Presidente da Câmara apelou para a necessidade de estancar «fenómenos extremamente negativos», como seja, por exemplo, o «sentimento de impunidade e de desresponsabilização, que tem vindo a minar a credibilidade do nosso regime e da nossa vida colectiva».

Como condição para atalhar a «crescente degradação» que tem vindo a ocorrer na sociedade contemporânea, Rui Rio advogou que «temos de nos libertar dos tabus, das verdades absolutas e das frases feitas, se quisermos adaptar o nosso regime a uma nova sociedade».

Por outro lado, o enfraquecimento do poder político obedece a uma «lógica de bola de neve», que, na sua óptica, é preciso quebrar, ou seja, a de que quanto mais fraco é o poder político, menos atraente ele se torna; e quanto menos atraente, mais pobre em qualidade; e quanto mais pobre em qualidade, menos credível ele se afigura; e quanto menos credível, mais fraco, ou seja, ainda mais fraco. Urge, portanto, como salientou, «quebrar este ciclo vicioso para reforçar o regime e as suas principais instituições».

O actual quadro é, de resto, propício à criação de um generalizado ambiente de descrédito relativamente à política e seus agentes, bem como às suas principais instituições, incluindo os partidos, os quais, em seu entender, se encontram, «perante grande parte das pessoas, perigosamente descrédibilizados e dramaticamente afastados do cidadão comum».

«Os partidos atingiram o patamar mais baixo do respeito e da credibilidade junto dos cidadãos», afirmou Rui Rio, para quem, por outro lado, «abundam os políticos eleitos – principalmente no Parlamento, mas também nas Câmaras Municipais – que, a despeito de terem recebido o voto popular, abandonam a meio as suas funções, desde que algo de melhor apareça nos rasgados horizontes das suas ambições pessoais», afirmou.

A Justiça é o problema mais grave

É, no entanto, na Justiça – ou melhor, no seu desprestígio – que reside, na opinião de Rui Rio, o maior problema.

«A Justiça é, inequivocamente, o problema mais grave que o regime atravessa», asseverou, acrescentando: «Não há Democracia sem uma Justiça eficaz e independente. Sem uma Justiça competente, responsável e responsabilizadora. Sem uma Justiça em que o rigor, antes de ser imposto aos outros, é imposto a si mesmo, como forma insubstituível da sua própria credibilização perante a sociedade».

Para o Presidente do município do Porto, «a ideia que todos temos de que a Justiça é lenta, que cresce o número de sentenças contraditórias, que existe arrogância e impunidade e que se nota, nalguns casos, uma crescente confusão entre o patamar político e o judicial é uma realidade completamente assassina para o Estado de Direito».

A decisão de, por exemplo, um Tribunal da Relação ter considerado que chamar energúmeno ao Presidente da Câmara Municipal do Porto não constitui difamação, mas antes algo que se inscreve no conceito de liberdade de expressão e informação, em nada



reforça – no seu entender – a credibilidade das instituições, antes pelo contrário.

Em Democracia autoridade não se pode confundir com ditadura

Ao longo da sua reflexão, Rui Rio teve ainda ocasião de acentuar a urgência da construção de uma sociedade que não condescenda nos seus valores fundamentais, que valorize e fomente a credibilidade, promovendo uma cultura de competência e de profissionalismo e que não tenha medo da autoridade, porque, em Democracia – acentuou – «autoridade não se confunde com ditadura». Porque, referiu, «em Democracia é exactamente o contrário, a ausência de autoridade é que pode, justamente, levar à ditadura».

«Temos, no fundo, de ser capazes de contrariar a cultura de impunidade que todos sentimos que tem vindo a germinar entre nós e a abalar a credibilidade do regime», sustentou.

Antes de concluir, Rui Rio anunciou o lançamento, a partir de Junho, de um ciclo de debates promovido pela Câmara Municipal do Porto sobre a Regionalização.

A ideia é realizar um debate mensal até ao fim do primeiro trimestre de 2009, «procurando debater a questão nas suas múltiplas vertentes, sem paixões exacerbadas, nem demagogias populistas».

Trata-se, pois, segundo revelou, de debater o tema na óptica do desenvolvimento económico, das finanças públicas, da divisão administrativa, dos órgãos regionais e, fundamentalmente, das atribuições e competências.

«Teremos vozes que, à partida, são contra e teremos vozes que são a favor. A ideia não é promover a Regionalização. A ideia é promover o debate e o esclarecimento sobre a Regionalização. É este o contributo que queremos dar para uma futura decisão consciente, serena e responsável sobre uma matéria de inegável importância para Portugal», esclareceu.

Amândio de Azevedo falou em representação dos homenageados

Coube a Amândio de Azevedo, jurista e político, discursar em nome das personalidades distinguidas. Uma intervenção que visou, igualmente, para além do agradecimento público, fazer um curto balanço destes 34 anos de Democracia, que o orador reputou de positivo.

«O balanço dos 34 anos de Democracia é claramente favorável, tendo em conta a posição do nosso país no contexto europeu e internacional, o respeito pelos direitos fundamentais da pessoa humana e a situação política, económica e social, com reflexo na qualidade de vida dos cidadãos», afirmou, concluindo que existem, por isso, «todas as razões para celebrar o 25 de Abril, sendo certo, no entanto – como reforçou – não estarem ainda exploradas «todas as suas virtualidades e que podemos, portanto, fazer mais e melhor».

«No meu entender, este objectivo será seguramente mais facilmente alcançado se cada um de nós fizer um esforço acrescido no domínio do sentido de responsabilidade, da organização, do rigor e do respeito e consideração pelos outros,



especialmente pelos que estão revestidos de autoridade democrática».

Personalidades distinguidas com Medalhas Municipais

Durante a cerimónia, foram distinguidas, com a imposição de Medalhas da Cidade do Porto, dez personalidades, cujos nomes mereceram o reconhecimento unânime dos órgãos autárquicos.

Medalha Municipal de Mérito – Grau Ouro

Amândio Anes de Azevedo, jurista, político, destacado democrata. Foi Secretário de Estado e Ministro, no início dos anos 80.

Américo Ferreira Amorim, fundador da Corticeira Amorim. Continua a dar um forte contributo para a valorização da economia portuguesa.

António Carvalho de Almeida Coimbra, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. Cientista, investigador, colaborador com a CMP na iniciativa Porto Cidade de Ciência.

Fernando Echevarria, poeta com forte projecção internacional, traduzido em várias línguas.

Maria Ângela Brito de Sousa, professora de Imunologia no Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar e investigadora no Instituto de Biologia Molecular e Celular. Cientista com forte ligação à CMP, através da iniciativa Porto Cidade de Ciência.

Nuno Lídio Pinto Rodrigues Grande, médico, professor universitário, catedrático.

Sylvianne Sambor, mulher de Letras, promotora da Cultura, História e Valores do Porto junto de Bordéus, recebeu a condecoração, que lhe tinha sido atribuída em 2002.

Medalha Municipal de Mérito – Grau Prata

Mário Nuno Santos Ferreira, forte contributo para o desenvolvimento da actividade turística no Porto e no Douro, com a promoção dos cruzeiros fluviais, percursos em terra e passeios turísticos em helicóptero.

Medalha Municipal de Mérito – Grau Cobre

Álvaro Neves de Almeida (Fragata), com grande empenho no desenvolvimento da Freguesia de Aldoar e em inúmeras iniciativas de carácter cívico e político.

Maria Esmeralda Correia Mateus, com destacada actividade social, contribuindo para o desenvolvimento da Freguesia de Aldoar.

Medalha Municipal de Valor e Altruísmo – Grau Ouro

João Fernandes Lopes Neves, juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça. Com elevado empenho no apoio aos desprotegidos e às causas da Freguesia de Aldoar. – **Fonte: CM Porto, Gab. Imp.**

Notícias dos Açores

Porto da Praia tem “pouca visão de futuro”

O PSD da ilha Terceira denunciou hoje a falta de “perspectivas de futuro” do plano de ordenamento do Porto da Praia da Vitória, salientando que a “visão estabelecida até 2015” não tem em conta as novas circunstâncias que se vivem na ilha “quer ao nível do turismo, quer ao nível da distribuição de combustíveis”. As declarações foram feitas por António Ventura, esta manhã após uma reunião com os responsáveis pela Administração dos Portos da Terceira e Graciosa, SA. (APTG).

Referindo que “nesta estrutura já se investiram cerca de 33 milhões de euros”, pelo que deve ser feita uma “revisão” ao actual plano de ordenamento, caso contrário poderá chegar-se a uma situação de “constrangimentos ao nível da carga e do próprio funcionamento do porto”, referiu o líder local do PSD. António Ventura estabelece mesmo que a “ampliação do porto poderá ser uma prioridade não muito distante”.

O social-democrata frisou ainda que “são bem vistas” as iniciativas que podem produzir benefícios para a economia local, pelo que lamenta “que se continue a apostar em estruturas sem confirmar as suas necessidades”, dando como exemplo a “artificialidade criada na Terceira, e noutras ilhas com algumas obras do actual governo, umas sobre-dimensionadas e outras sem estudos prévios de aproveitamento”, criticou, dando como exemplos a “via rápida Angra-Praia” ou mesmo “as Portas do Mar, em Ponta Delgada, que não se sabe se terão um navio de cruzeiro para lá estar na inauguração”, referiu.

Outra das necessidades que se confirmou com a reunião é a da criação de um observatório de preços a nível regional. António Ventura recordou que a proposta já foi apresentada pelos deputados do PSD, e que foi “chumbada pela maioria socialista”, significando que se continua a “ignorar o custo real, para o consumidor, da situação actual”



Fontinhas na revisão do Ordenamento Agrário

O PSD/Açores quer saber se o governo regional vai proceder ao alargamento do Perímetro de Ordenamento Agrário (POA) Serra do Cume/Agualva, considerando que o mesmo é “essencial para a modernização da Agricultura na ilha Terceira”.

Todavia, e segundo um requerimento enviado hoje pelos deputados do PSD eleitos pela Terceira à assembleia legislativa faz sentido que, “tendo em conta o défice estrutural existente”, se reveja a sua abrangência de modo a beneficiar “mais áreas agrícolas” com infra-estruturas básicas que potenciem “a quantidade e a qualidade das produções agrícolas locais.

Clélio Meneses, Carla Bretão e António Ventura defendem que esse alargamento deveria contemplar “a faixa de terreno da zona baixa da freguesia das Fontinhas”, para além de “outras áreas a considerar” das restantes localidades com terrenos integrantes no POA Serra do Cume/Agualva.

O requerimento do PSD acrescenta que “nessa faixa da freguesia das Fontinhas” se situam solos de “boa aptidão agrícola”, querendo os deputados ainda saber se estão previstos “outros alargamentos dos POA na Ilha Terceira”.

REQUERIMENTO

ASSUNTO: O Perímetro de Ordenamento Agrário (POA), – Serra do Cume/Agualva

O Perímetro de Ordenamento Agrário (POA) – Serra do Cume/Agualva é essencial para a modernização da Agricultura na Ilha Terceira.

Todavia, faz sentido, tendo em conta o deficit estrutural existente, rever a sua abrangência de modo a beneficiar mais áreas agrícolas em infra-estruturas básicas que potenciem tanto em quantidade como em qualidade as produções agrícolas da ilha Terceira.

O alargamento deveria contemplar, desde logo, a faixa de terreno da zona baixa da Freguesia das Fontinhas, entre outras áreas a considerar de outras Freguesias com terrenos integrantes no POA – Serra do Cume/Agualva.

Para mais, nesta faixa da Freguesia das Fontinhas, situam-se solos de boa aptidão agrícola.

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os Deputados subscritores solicitam os seguintes esclarecimentos:

1 – Pretende o Governo Regional proceder ao alargamento do Perímetro de Ordenamento Agrícola (POA) Serra do Cume/Agualva?

2- Estão previstos outros alargamentos dos POA na Ilha Terceira?

- Angra do Heroísmo, 21 de Abril de 2008, os Deputados Regionais, Antonio Ventura, Clélio Meneses e Carla Bretão

Costa Neves anuncia planos de desenvolvimento integrado para todas as ilhas

O líder do PSD/Açores assegurou hoje que um governo social-democrata vai criar planos de desenvolvimento integrado para cada uma das ilhas da Região, como forma de combater a desertificação.

“Ilha a ilha, com os parceiros sociais, entidades públicas e privadas, e o poder local vamos preparar e executar planos de desenvolvimento integrado. Isto é, tudo o que pode ser definido por ilha, será definido por ilha”, afirmou Costa Neves, na sessão de encerramento da convenção “Vida Nova” do Faial.

O líder social-democrata adiantou que os planos de desenvolvimento integrado devem ser definidos e geridos por um gabinete técnico, dirigido por um técnico “de reconhecida competência, independentemente das suas opções político-partidárias” e composto por “técnicos que conheçam a realidade da ilha”.

Segundo o presidente do PSD/Açores, o gabinete técnico vai trabalhar “sob a supervisão de um conselho de representantes das entidades públicas e privadas envolvidas”, sendo acompanhado por um membro do governo regional que terá a seu cargo “assegurar a coesão territorial”.

Costa Neves acrescentou que os planos de desenvolvimento integrado vão ser sujeitos à aprovação da Assembleia Legislativa dos Açores, “para que tudo seja muito transparente e partilhado”.

Para o presidente do PSD/Açores, só com “políticas concretas” para cada uma das ilhas é possível desenvolver as suas potencialidades e “combater um grave problema da Região, a desertificação”.

O líder social-democrata considerou que é preciso definir a “vocação” de cada ilha, embora “não baste dizer que é o turismo ou a agricultura”.

“É preciso dizer que tipo de agricultura e turismo se pretendem, porque a agricultura no Faial, por exemplo, não é igual à agricultura do Pico”.

Costa Neves anunciou, ainda, como prioridades de um governo social-democrata a criação de mais emprego e formação profissional para os jovens e uma melhor interligação entre transportes aéreos e marítimos.

De acordo com o presidente do PSD/Açores, tratam-se de políticas integradas para levar a cabo assentes em princípios como a “família”, um valor que, na sua opinião, não faz parte do discurso do PS.

Horta, 17 de Abril de 2008 PSD lamenta que PS rejeite votação de projecto de resolução

O PSD/Açores lamentou hoje que o PS tenha rejeitado a votação imediata de um projecto de resolução dos social-democratas que visa a “urgente disponibilização de médicos na extensões dos centros de saúde”, nomeadamente nas freguesias que “há muitos meses” estão privadas daquele tipo de assistência.

“Este projecto de resolução, que é matéria fundamental para o interesse dos



açorianos, não tem complexidade que justifique tão demorada análise em comissão”, afirmou o deputado social-democrata José Manuel Bolieiro, na Assembleia Legislativa dos Açores.

Segundo o parlamentar do PSD/Açores, “justificava-se a aprovação do processo de urgência” solicitado pelos social-democratas para que o diploma fosse votado esta semana, dado que o projecto de resolução “não foi apreciado na comissão de Assuntos Sociais” antes do plenário deste mês.

Governo e PS “não estão do lado” da Universidade dos Açores

O PSD/Açores considerou hoje que o governo regional e o PS “não estão do lado” da Universidade dos Açores, após a maioria socialista ter chumbado uma anteproposta de lei que visava garantir uma majoração de 30 por cento na fórmula de financiamento da instituição, como compensação pelos custos da tripolaridade.

“O governo e o PS que deixem de arranjar falsas desculpas para, mais uma vez, não estarem do lado da universidade, e assumam, definitivamente, que o que querem [com este chumbo] é ter mais algo para controlar”, afirmou o deputado social-democrata António Marinho, na Assembleia Legislativa dos Açores.

O parlamentar do PSD/Açores recordou que, na audição sobre o diploma dos social-democratas, o reitor da Universidade dos Açores afirmou que a anteproposta de lei “respondia exactamente ao défice que a universidade tem”.

“O governo e o PS têm a mania que sabem mais que quem trabalha na universidade”, salientou.

Segundo António Marinho, a majoração de 30 por cento na fórmula de financiamento da Universidade dos Açores permitiria à instituição “enfrentar os problemas financeiros” que atravessa.

Já o deputado social-democrata José Manuel Bolieiro sublinhou que a proposta do PSD/Açores pretendia “responsabilizar o Estado pelo financiamento majorado da universidade, que tem sobrecustos que não são comparáveis com os restantes estabelecimentos de ensino superior do país”.



BENAVENTE (CPD SANTARÉM)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais, do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Benavente, para reunir no próximo dia 31 de Maio de 2008, entre as 10 e as 17 horas, na sede da Secção do PSD, Rua Rui de Azevedo – N° 19, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: - Eleição dos Órgãos Políticos de Secção (Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção) de Benavente, do Partido Social Democrata.

* Nota: As listas a sufrágio para os Órgãos Políticos, deverão ser entregues, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede distrital do PSD em Santarém, na Calçada de Mem Ramires, N° 10 - 1° andar.

CONSTÂNCIA (CPD SANTARÉM)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais, do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção, para reunir no próximo dia 31 de Maio de 2008, entre as 10 e as 17 horas, na sede da Secção do PSD de Constância, junto ao Largo do Pelourinho, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: - Eleição dos Órgãos Políticos de Secção (Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção) de Constância, do Partido Social Democrata.

* Nota: As listas a sufrágio para os Órgãos Políticos, deverão ser entregues, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede distrital do PSD em Santarém, na Calçada de Mem Ramires, N° 10 - 1° andar.

CHAVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Chaves para reunir no próximo dia 09 de Maio de 2008 (sexta-feira) às 21,00 horas, na sede concelhia, sita na - Rua Tenente Valadim, 47 - Chaves, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1 - Tomada de posse da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção eleita, para o mandato 2008/2010;

2 - Análise da situação política;

3 - Outros assuntos

Nota: Se à hora marcada o número de militantes não for suficiente para que a Assembleia funcione, esta realizar-se-á meia hora mais tarde com os presentes.

ESPOSENDE

Ao abrigo do Estatutos Nacional do PSD convocam-se os militantes do Partido Social Democrata da Secção de Esposende para reunirem em Plenário no próximo dia 16 de Maio de 2008, Sexta-feira, pelas 21h00, no Hotel Suave MAR, em Esposende, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política e partidária;
3. Processo eleitoral para Presidente Nacional do PSD;
4. Apresentação e aprovação do relatório de contas de 2007;
5. Outros assuntos de interesse.

ESPOSENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convocam-se os militantes do Partido Social Democrata da Secção de Esposende para reunirem em Plenário no próximo dia 31 de Maio de 2008 (sábado), entre as 10h00 e as 17h00, na Sede do PSD, na Rua 31 de Janeiro, n° 11, em Esposende, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 10h00 às 17h00.

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (28 de Maio), ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substituir estatutariamente, na Sede do PSD sita na Rua 31 de Janeiro, n° 11, em Esposende.

MONDIM DE BASTO

Anula-se a Convocatória publicada no Povo Livre de 23 de Abril de 2008 e publica-se a seguinte em substituição da mesma

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mondim de Basto, para reunir no próximo dia 31 de Março de 2008 (sábado) entre as 15h00 e as 19h00 na sede do PSD, sita no Largo Conde de Vila Real, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas terão de ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa da Assembleia.

Núcleo de Boliqueime

Ao abrigo dos Estatutos do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se os militantes do PSD do Núcleo de Boliqueime, para uma reunião a realizar no próximo dia 13 de Junho de 2008 (Sexta Feira) entre as 21h00 e as 23h00, nas instalações do Núcleo do PSD de Boliqueime, com a seguinte ordem de trabalho:

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo do PSD de Boliqueime

A entrega das listas deverá ser efectuada até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (10 de Junho), na sede do Núcleo do PSD de Boliqueime, que se encontrará aberta no referido dia entre as 21h00 e as 24h00 para recepção das candidaturas.

OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário da Secção Concelhia da PSD de Oliveira de Azeméis para o dia 31 de Maio de 2008, das 10h00 as 17h, a realizar na Sede Concelhia do PSD sita na rua Soares Basto, na cidade de Oliveira de Azeméis com a seguinte:

Ordem de Trabalho

1° Ponto: Eleição da Comissão Política de Secção e Mesa do Plenário para o próximo biénio 2008/2010

Nota: As urnas estarão abertas das 10h00 às 17h00.

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (28 de Maio), ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substituir estatutariamente.

OVAR

Anula-se a Convocatória publicada no Povo Livre de 23 de Abril de 2008 e publica-se a seguinte em substituição da mesma

Ao abrigo dos estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário da Secção de Ovar para uma reunião ordinária a realizar no próximo dia 31 de Maio de 2008 (sábado), em sistema de urna aberta entre as 10h00 às 17h00, na sede concelhia e com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 10h00 às 17h00.

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (28 de Maio), ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substituir estatutariamente.

PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção de Penafiel para reunir em Assembleia extraordinária, no dia 20 de Maio de 2008, pelas 21h30, no Auditório do pavilhão de Feiras e Exposições, sito na Freguesia de Milhundos, Penafiel, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Análise da situação política.

PONTE DE LIMA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata (Art° 51° e Art° 66°), convocam-se todos os

militantes inscritos na secção de Ponte de Lima, para a Assembleia de Secção a realizar no próximo dia 9 de Maio de 2008, pelas 21h, na sede concelhia, sita na Praceta Dr. Vieira de Araújo, em Ponte de Lima, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Informações;
2. Análise da situação política local e nacional.

RIO DE MOURO

Nos termos estatutários, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Rio de Mouro, para reunir na Sede da Secção, sita na Rua das Malvas, 10 - Loja Sup Esq, no dia 31 de Maio de 2008, pelas 10h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 10h00 às 17h00.

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (28 de Maio), ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substituir estatutariamente na Sede da Secção.

SECÇÃO H

Ao abrigo dos estatutos Nacionais do PSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes para a reunião da Assembleia de Secção H de Lisboa do PPD/PSD, a realizar no próximo dia 31 de Maio de 2008 (sábado), pelas 10h00, na sede da Secção, sita na Rua Manuel dos Santos, lote 21-A, sub-cave, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia da Secção H.

Nota: As urnas estarão abertas das 10h00 às 17h00.

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (28 de Maio), ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substituir estatutariamente. Para este efeito, a secção estará aberta para recepção de candidaturas das 21h30 às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As candidaturas deverão obedecer aos seguintes requisitos:

a) Ser apresentadas por listas completas para cada órgão, contendo o nome, número de militante e número de Bilhete de Identidade de cada candidato;

b) Ser propostas por 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para a eleição;

c) Ser acompanhadas de declarações de aceitação subscritas pelos candidatos, individual ou conjuntamente.

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral só poderão votar e ser eleitos os militantes que, à data da eleição se encontrem inscritos no PSD há, pelo menos 6 meses e que tenham as suas quotas em dia, isto é, pagas até ao

décimo dia anterior ao acto eleitoral.
Em qualquer dúvida, respeitar-se-ão os Estatutos Nacionais e o Regulamento Eleitoral.

SINTRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes inscritos na Secção de Sintra, para participarem na sessão ordinária da Assembleia de Secção, que se realiza no próximo dia 16 de Maio, sexta-feira, pelas 21h00, na Sede da Secção, sita na Rua Mário Costa Ferreira Lima, nº 7, na Portela de Sintra, com a seguinte Ordem de Trabalhos

1. Informações gerais;
2. Apresentação das contas da anterior Comissão Política;
3. Plano de actividades da Secção para 2008;
4. Eleições Nacionais directas e Congresso do PSD;
5. Análise e discussão da situação Político-partidária.

VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo das disposições estatutárias e regulamentares, convoca-se os militantes da Secção de Vila Nova de Gaia, do PSD - Partido Social Democrata, a reunirem em Assembleia Eleitoral no dia 31 de Maio de 2008, no período compreendido entre as 10,00 e as 17,00 horas, na sede concelhia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 1323, em Vila Nova de Gaia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto 1. Eleição da Comissão Política de Secção;

Ponto 2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

NOTA: As listas candidatas, conforme dispõe o Regulamento Eleitoral, deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, na respectiva sede, das 21 às 24 horas do terceiro dia anterior ao da realização do acto eleitoral.

UISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Uiseu, para uma reunião ordinária a realizar no Solar dos Peixotos (Ed. Assembleia Municipal), no dia 5 de Maio de 2008, segunda-feira, pelas 21h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Comunicação das contas 2007;
3. Análise da situação política nacional do PSD
4. Outros assuntos.

UISEU

Nos termos da alínea C9 do nº 2 do artigo 50º dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia da Secção de Uiseu, para uma reunião ordinária a realizar na Sede Concelhia, no dia 31

de Maio de 2008, funcionando das 10h00 às 17h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção de Uiseu do PSD.

Nota: Nos termos do Regulamento Eleitoral a recepção de listas candidatas ocorrerá até às 24h00 do dia 28 de Maio de 2008, devendo ser apresentadas por listas completas para cada órgão, contendo o nome, número de militante e o número do Bilhete de Identidade de cada candidato, serem propostas por 20 militantes da Secção e serem acompanhadas de declaração de aceitação subscritas pelos candidatos, individual e conjuntamente.

Só são elegíveis os militantes que, à data da presente convocatória, se encontrem inscritos há, pelo menos, seis meses, sendo o prazo igual para se poder votar; nos dois casos, terão que ter as quotas em dia nos termos do regulamento eleitoral, podendo efectuar o pagamento até 10 dias antes do acto eleitoral, isto é, dia 21 de Maio de 2008.

As urnas, no dia da eleição, estarão abertas das 10h00 às 17h00, na sede Concelhia (Rossio) em Uiseu.

VILA VERDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se todos os militantes da Secção de Vila Verde, no pleno uso dos seus direitos, para reunirem no próximo dia 31 de Maio de 2008, sábado, na Sede Concelhia do PSD, na Rua 1º de Maio – Vila Verde, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 10h00 às 17h00.

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substitua, na sede do PSD, na morada acima indicada.



SANTIAGO DO CACÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, vimos por este meio convocar o Plenário da Secção de Santiago do Cacém, para o próximo dia 31 de Maio de 2008 (Sábado), pelas 20 horas, na Sede Concelhia do PSD, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Órgãos Concelhos da Secção de Santiago do Cacém.

Nota:

A urna estará aberta das 20h30 às 22h30.

A Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Setúbal
(Neuza Alves Salgueiro)